ARISTÓTELES E O AGIR ECONÔMICO

Arnaldo Fortes Drummond
UFOP — MG

Resumo: Este texto trata da relação indissociável entre Ética e Economia, segundo a concepção praxeológica clássica da Ética e da Metafísica. O retorno ao paradigma clássico de ciência visa a que a Economia deixe de ser a disciplina técnica que, desde a Economia Política Clássica, se fundamenta em modelos abstratos e quantitativistas. Pretende-se uma inflexão humanizadora para construir uma teoria do *agir econômico* a partir dos escritos econômicos aristotélicos que são *Ética a Nicômaco* 5.5 e *Política* 1. 3-5. Eles constituem a primeira sistematização categórica e base sobre a qual se referenciou a ciência econômica moderna, ainda que desprezando a fonte ética e metafísica do pensamento econômico de Aristóteles.

Palavras-chave: Aristóteles, Economia Política, Ética, Humanismo.

Abstract: This text deals with the inseparable relationship between Ethics and Economics, according to the classical praxeological concept of Ethics and Metaphysics. The revival of the classical paradigm of science aims at seeing Economics no longer as a technical subject which, since the classical political economy, has been founded on abstract and quantitative models. It intends a humanitarian inflection in order to construct a theory of economic action from the standpoint of Aristotle's *Economical works* as found in the *Nicomachean Ethics* 5.5 and *Politics* 1.3-5. They constitute the first categorical systematization and on which is referenced the modern economic science, although not considering the ethical or metaphysical sources of Aristotle's economic thought.

Key words: Aristotle, Political Economy, Ethics, Humanism.

I — Aristóteles redivivo

Aristóteles é considerado pai da Economia.

Coube-lhe a primeira sistematização, do ponto de vista econômico, das categorias *valor de uso* e *valor de troca* e as decorrentes noções de *dinheiro*, *riqueza* e *produtividade*, proporcionando a identificação do campo epistemológico daquela que seria, a partir do século XVII, a primeira das ciências humanas, a Economia Política Clássica. Na teoria monetária aristotélica, encontram-se três das quatro funções básicas do dinheiro — *meio de troca*, *equivalente geral* e *reserva de valor*. Shumpeter afirma que ela permaneceu única até final do século XIX¹.

Qual o segredo do vigor do pensamento econômico aristotélico dois mil e quatrocentos anos depois?

Por que Aristóteles abordou com extrema acuidade os fenômenos econômicos mesmo que a ciência do seu tempo desprezasse, por preconceito, os assuntos relativos ao comércio e à produção e aquela sociedade escravista constituísse *para si* reserva ideológica contra a investigação do mundo do trabalho?

O pensamento econômico sempre recorreu à paternidade aristotélica para se fundamentar. Aristóteles é citado três vezes em *Riqueza das Nações* embora sem o devido destaque². Marx reconhece-lhe a criação de princípio ontológico da *Economia* — a comensurabilidade — como fundamento do valor. E os *neoclássicos*³ constroem uma teoria de preços baseada no *valor-utilidade*, julgando-se os mais aristotélicos.

¹ JOSEPH SCHUMPETER, *History of Economic Analysis*. (Oxford, 1954, 62-3), in SCOTT MEIKLE, *Aristotle's Economic Thought*, 87. Faltou a Aristóteles apenas a identificação da função do dinheiro como crédito ou financiamento porque não havia tal prática no seu tempo.

² Adam Smith cita Aristóteles de passagem; e Ricardo, nem isso. No entanto, sem o concurso do pensamento aristotélico, ambos não teriam formulado a teoria econômica que os notabilizou como principais expoentes da Economia Política Clássica. Ver SCOTT MEIKLE, *op. cit.*, 110.

³ Escola de pensamento econômico, também denominada escola marginalista, foi fundada em 1870 a partir da obra dos economistas Karl Menger, em Viena, Léon Walras, em Lausanne, e William Jevons, em Cambridge. Fundamentou-se na teoria subjetiva do valor, em contraposição à teoria do valor-trabalho que marcou a Economia Política Clássica e Marxista. Criou o conceito de valor-utilidade, segundo o qual o valor de uma mercadoria seria decorrência de sua utilidade final. A teoria econômica anterior, de caráter globalizante, cede lugar para os atos econômicos a partir das preferências individuais e da análise quantitativa dos fatores econômicos e suas combinações. PAULO SANDRONI, *Novo dicionário de economia*, 257.

Entretanto, embora a sombra de Aristóteles o mantenha redivivo, seu pensamento econômico nunca foi examinado como *unidade*. Isso tem implicação fundamental na ruptura do estatuto de integralidade do paradigma clássico de ciência que considera a *metafísica* indissociada da *ética* e da *economia*, nos domínios da *praxis*. Como racionalidade especulativa, a *metafísica* para Aristóteles é o modelo gnosiológico por excelência e, por isso, ele a denomina *filosofia primeira*; no entanto, nos campos ético e político, é sobretudo a racionalidade prática – *praxis* – que se exerce⁴. Necessárias à interpretação dos assuntos econômicos, ambas racionalidades tornam a *economia* ao mesmo tempo *metafísica* e *praxeológica*, isto é, ciência do *agir econômico*⁵.

Na opinião de Meikle, a compreensão desse ordenamento aristotélico teria evitado os equívocos de toda a ciência econômica sem exceção – a economia política clássica, o pensamento de Marx e sobretudo a teoria *neoclássica*, a saber:

1) O pressuposto ontológico para as relações econômicas como relações de troca é a *comensurabilidade*, a referência que antecede qualquer medida expressa no valor-de-troca ou no dinheiro.

No entanto, a comensurabilidade é uma *aporia* para a metafísica aristotélica porque visa a um critério objetivo de medida entre bens naturalmente diversos e, pois, rigorosamente incomensuráveis entre si. Mesmo Aristóteles, tendo consciência desse enigma, postula solução analógica baseada na diversidade que há entre os homens e o desejo de trocar os bens para cobrir diferentes necessidades. Já que não se pode comparar qualidade e quantidade, a necessidade induz a um critério objetivo a fim de que os bens diversos atendam as expectativas também diversas.

A *aporia* identificada por Aristóteles e a sua parcial decifração chegam a duas conclusões:

⁴ A principal tese de MEIKLE, *op. cit.*, demarca virada no pensamento econômico. Para ele, equívocos e ambigüidades na interpretação dos escritos econômicos de Aristóteles devem ser atribuídos essencialmente à dissociação de Metafísica e Ética que a Modernidade instituiu e passou a ser novo paradigma de ciência. Todos os pensadores de economia, sem exceção, caíram sistematicamente nesse erro fatal e, por isso, não souberam extrair a verdadeira compreensão da obra aristotélica. Mesmo a crítica de Marx, embora mais próxima da fonte, padece do mesmo viés. A *economia* fica diante do seguinte anátema: ou reconhece a paternidade aristotélica, o que implica no deslocamento do eixo epistemológico em direção à racionalidade prática, ou decreta a orfandade se quiser permanecer no paradigma dos modelos abstratos e quantitativistas. (Ver resenha do livro de Meikle, no número anterior de *Síntese*).

⁵ Na dissertação de mestrado — *Ética e economia: abordagem da ontologia do agir econômico* —, busco concluir, a partir da virada proposta por Meikle, que a *economia* é antes de tudo uma ciência do *agir econômico*. Nela é imprescindível a perspectiva finalista de aperfeiçoamento da humanidade que marca a racionalidade praxeológica, sobretudo a Ética.

a) Se a categoria central da economia – valor-de-troca – não pode ter uma solução *técnica* em si mesma porque a comensurabilidade não tem estatuto ontológico rigoroso (não é substância porque não é qualidade; por ser intrínseca, não é atributo agregável, nem pode ser considerada categoria de relação), a economia como objeto científico está sempre fragilizada.

Toda ciência econômica posterior que tentou resolver o enigma – *qual a medida do valor?* —, esteve enredada em problematização insolúvel. Marx chegou mais próximo; mas há abismo intransponível entre *trabalho geral abstrato*, fundamento do valor-de-troca, correspondente à comensurabilidade aristotélica, e sua medida rigorosa que é o *tempo de trabalho socialmente necessário*. Não é aleatório, portanto, que a teoria do valor marxista não se tenha efetivado apesar do rigor de sua formulação. A análise econômica que prevaleceu teve que postular uma teoria dos preços para explicar a real medida de troca entre os produtos.

b) A resolução econômica por analogia evoca sempre a condição humana para a solução dos problemas, como o da comensurabilidade, cuja natureza só se transforma em medida analogicamente, isto é, induzida pelas diversas necessidades da natureza humana. Isto reforça a filiação praxeológica como saída dos impasses que não encontrariam resolução se permanecessem com fundamento estritamente técnico.

2) A comensurabilidade é o conteúdo da medida, e a forma é o valor-de-troca. O dinheiro é apenas a unidade convencional de medida, o correspondente provisório da efetiva comensurabilidade.

3) O dinheiro já é caracterizado em Aristóteles como *equivalente universal* e *reserva de valor*. Pode ser admitido, então, como valor-de-uso *virtual* porque seu papel é substituir provisoriamente os bens.

A condição provisória do dinheiro como medida o torna correspondente ao valor-de-troca sem pertencer, a rigor, ao domínio metafísico da quantidade. Por sua vez, como equivalente universal e reserva de valor, o dinheiro representa o valor-de-uso que há na possibilidade de tornar-se bem sem, contudo, participar da categoria qualidade porque representa abstratamente todos os bens. Essa ambigüidade (medida/valor-de-troca/quantidade ou equivalente geral/valor-de-uso/qualidade) permitiu a Aristóteles atribuir ao dinheiro a condição virtual de ser destinado à boa ou má utilização.

A investigação ontológica da natureza do dinheiro por Aristóteles ainda suscita impasses. Na sua metafísica, tudo que é informe é ilimitado e, por isso, não corresponde à lógica do *ser* — limite —, a forma por excelência. Além de *moral*, sua desconfiança em relação ao

dinheiro é sobretudo *metafísica* uma vez que dinheiro, como riqueza abstrata, é informe. Na atualidade, o predomínio do campo financeiro em que dinheiro suscita dinheiro, numa *ciranda* infundável, não seria, então, devido ao seu caráter ilimitado, um mal para Aristóteles?

Na tradição socrático-platônica em que *metafísica* não se aparta de *ética*⁶, Aristóteles sistematiza as categorias do universo econômico tratadas em poucas páginas da *Ética a Nicômaco* e da *Política*. Nelas a racionalidade se justificava enquanto o melhor dos fins.

Anteriormente, Platão abordara noções econômicas, porém numa conceptualização exclusivamente ética. É o que ocorre com a *divisão do trabalho*⁷ baseada nas virtudes públicas. Nesta acepção, os indivíduos seriam organizados numa sociedade de trabalho de acordo com a vocação profissional ou aptidão natural.

Na *República*, Platão faz confluírem o saber e a virtude na melhor organização política da sociedade, derivando daí as noções do que seria posteriormente considerado pela ciência econômica *divisão do trabalho e setorização da economia*⁸. O ideal de vida humana representada na *polis* determinaria um tipo de divisão vocacional do trabalho, tendo em vista que só mediante a virtude pública e a felicidade coletiva são potencializadas a virtude privada e a felicidade individual. Na caracterização platônica, o desenvolvimento ético da *polis* torna homólogos equilíbrio social e identidade profissional.

II — Aristóteles: ainda enigma

Ao propor a crítica da Economia Política, Marx parte da mesma categoria *valor*; com que Aristóteles identificou a essencialidade do mundo econômico. Numa passagem do *Capital*, tributa-lhe a descoberta, afirmando que Aristóteles só não desvendou inteiramente o mistério da categoria valor porque o trabalho não poderia ser considerado a fonte de comensurabilidade dos bens, naquela sociedade escravista. Pelas limitações de caráter ideológico, a escravidão exclui-

⁶ O pensamento socrático-platônico considera o saber teórico como fonte da Ética. Por isso, é uma ética caracterizada como intelectualista e definida mais precisamente como virtude-ciência. Em contraponto ao intelectualismo platônico, a ética aristotélica atribui significado científico à experiência sendo, então, caracterizada como prática. Embora matizadas, ambas as correntes formam a mesma tradição *teleológica* na qual não há fundamento ético sem finalidade e o bem é o último dos fundamentos ontológicos da ciência. Logo, o saber é ético.

⁷ Embora aborde o tema, Platão não cunhou a expressão *divisão do trabalho* que só será formulada na Economia Política Clássica.

⁸ Tratados também em *Leis*.

ria totalmente a possibilidade de reconhecimento do trabalho como fundamento do valor dos bens⁹. Mas, será que o *mistério* da comensurabilidade dos bens está inteiramente desvendado na conceptualização de Marx da categoria valor-trabalho?

Mesmo conhecedor da fonte aristotélica da qual faz referência, Marx não pode ser redimido de interpretação equivocada. Ele e toda a ciência econômica desvincularam a base metafísica do pensamento econômico de Aristóteles, comprometendo definitivamente a interpretação correta¹⁰.

A ciência econômica ainda se defronta com a mesma *aporia* aristotélica: como medir o valor dos bens, se o bem é uma substância, portanto, *qualidade* e a medida é *quantidade*, duas categorias irreduzíveis entre si na metafísica aristotélica? Marx não resolve a aporia ao atribuir à força de trabalho *quantidade* comum às formas de trabalho e, portanto, determinadora de medida entre as mercadorias. No entanto, ao reconhecer que a força de trabalho não só varia ao longo da história, como também entre os próprios trabalhadores do mesmo ramo de atividade, deixa implícita a *qualidade* ou *substância* como atributo da força de trabalho, retirando-lhe a possibilidade de ser unidade *pura* de medida entre os bens. Por isso, como unidade de medida, a força de trabalho só pode ser expressa através da categoria abstrata que, para Marx, é *o tempo de trabalho socialmente necessário*. Da construção de Marx, resultam as seguintes conclusões que retomam Aristóteles:

a) A comensurabilidade para Aristóteles era a substância comum entre os bens, mas inexprimível rigorosamente porque não se podem tornar equivalentes qualidades distintas.

b) Da mesma forma, *o tempo de trabalho socialmente necessário* é inexprimível ou sua determinação é tão complexa e inatingível que a dinâmica das trocas atribui *preço* na avaliação das mercadorias, e não, *valor*. Marx não sai do círculo aporético de Aristóteles porque a sua unidade de medida de valor — *tempo de trabalho socialmente necessário* — jamais pode se tornar equivalente à qualidade ou substância dos bens porque é categoria abstrata, e não singular.

c) Rigorosamente, não há possibilidade de uma *metafísica da troca* entre bens distintos em Aristóteles, em Marx e em nenhuma ciência econômica. O valor ou unidade de medida para a troca e

⁹ “O gênio de Aristóteles resplandece justamente na sua descoberta da relação de igualdade, existente na expressão do valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade em que viveu impediram-no de descobrir em que consiste, verdadeiramente, essa relação de igualdade.” K. MARX., *O Capital*, livro 1, v. 1, cap. 1, 68

¹⁰ Ver SCOTT MEIKLE, *op cit.*

comercialização dos bens não segue lei objetiva e universal como propõe a ciência demonstrativa.

A decorrência ontológica do retorno a Aristóteles é que a ciência econômica não pode ser *tecnicamente* comprovável visto que sua principal categoria — *o valor* — não é demonstrável. A decorrência ética é que não há troca justa no sentido de equivalência absoluta entre produtos diversos.

Numa espécie de resolução da aporia da comensurabilidade dos bens, Aristóteles postula a homologia entre a condição política da natureza humana e as relações de troca de bens. Tal equivalência seria possível porque o ser humano, *animal político*, só se completa na cidade, entendida como a *organização pública* por excelência, e não pode haver convivência entre indivíduos diferentes sem que se atendam aos respectivos desejos e expectativas através de intercâmbio. Aristóteles busca, então, na *praxis* a resposta de um enigma técnico.

A resolução política — mais precisamente, *praxeológica*, e não, *técnica* — dos fundamentos do valor dos bens determina o campo epistemológico do que seria a ciência econômica na concepção de Aristóteles. Os *neoclássicos*, por não entenderem isso, levaram ao extremo o equívoco de buscar fundamento exclusivamente técnico para a teoria do valor em Aristóteles. É o que ocorre com a apropriação do conceito aristotélico *chreia* — necessidade/utilidade — como fundamento técnico do valor. Julgando-se proprietários dos fundamentos aristotélicos, os neoclássicos criam a teoria do *valor-utilidade* para explicar tecnicamente a comensurabilidade dos bens. E, mais realistas que o rei, consideram que, finalmente, os bens poderiam ser medidos conforme — sem êxito — dizem, pretendia Aristóteles: um bem valeria tantos *úteis*. Eliminam a distinção básica entre valor de uso e valor de troca muito bem delineada nos escritos econômicos de Aristóteles acima assinalados: com ou sem *útil*, continuaria intransponível para Aristóteles a distância que separa a substância de um bem — valor de uso — e a unidade de medida — valor de troca — que vai equipará-lo a outro bem de qualidade distinta¹¹.

O conceito de *chreia* — necessidade —, traduzido pelos *neoclássicos* como utilidade, é para Aristóteles uma postulação da condição política do ser humano. Assim tomado, *chreia* significa que a convivência é inerente à natureza humana e implica necessidade permanente de troca para atender às diferenças individuais. A troca, portanto, não se dá pela equipa-

¹¹ MEIKLE aí faz crítica demolidora. Os *neoclássicos* não teriam entendido o elementar dos escritos econômicos de Aristóteles, onde é assinalada a distinção absoluta entre valor de uso e valor de troca. Nem a sua *metafísica*, visto que valor de uso diz respeito a qualidade e valor de troca, a quantidade, categorias irredutíveis entre si. *Op. cit.*, 68.

ração rigorosa dos bens. Ao contrário, porque os indivíduos não são iguais e o homem é um *animal político*, é possível a troca mesmo sendo os bens diferentes.

A conclusão coerente com o pensamento aristotélico é que, na organização política da comunidade humana, encontra-se a resposta para o impasse técnico de localizar um índice que corresponda ao valor dos bens. Esta resposta situa a *economia* sobretudo no terreno da *praxis*. Portanto, para ser rigorosamente aristotélico, não se pode retirar a economia dos domínios da Ética e da Política porque neles, respectivamente, vão confluír os enigmas levantados pelas categorias próprias do universo econômico *strictu sensu*.

III — Economia: praxis e poiesis

A ciência moderna autonomizou o campo de investigação da *economia*, criando categorias abstratas para responder de forma isolada aos fenômenos do mundo econômico. Permanece, contudo, a irresolubilidade da principal questão desta ciência humana: o que é o *ser* da *economia*?

Contornar esta aporia a partir da própria lógica das categorias abstratas é insistir em impasse recorrente ou permanecer em tautologias do tipo “a *economia* é a ciência que administra os recursos escassos”. Superar tal impasse metafísico é restabelecer o vínculo com a Política e a Ética para que a *economia* responda ao que constitui o fundamento do saber praxeológico e o ser humano possa realizar o ideal da felicidade. Assim, o paradigma aristotélico de filiar a *economia* ao domínio da *praxis* permanece atualizado.

Por outro lado, há o fazer econômico que se encerra no domínio poiético ou propriamente técnico. Ele institui uma segunda lógica que não se reduz à *praxis*, mas também não pode ser dela isolada, como tem feito a ciência econômica. A conciliação possível com o paradigma praxeológico faz submeter tais categorias ao novo eixo epistêmico do agir econômico. Assim, a resposta técnica à *economia* tem que levar em conta a permanente dúvida metafísica sobre sua essência: o desenvolvimento da *humanidade* do ser humano.

A *virada* praxeológica de retorno a Aristóteles implica na reestruturação da ciência econômica na direção do *agir*¹². Murphy é outro autor básico

¹² Na dissertação de mestrado, *op. cit.*, busquei demonstrar que a necessidade da *virada* praxeológica em direção a Aristóteles implica na reestruturação da ciência econômica como ciência do *agir econômico*. Por isso, o subtítulo do trabalho denominou-se *Abordagem da ontologia do agir econômico*. O tema ainda não foi investigado

em relação a esta *virada* cuja obra¹³ recorre ao paradigma econômico aristotélico para extrair, dentre outras, três conclusões a destacar:

a) É equivocada a interpretação que atribui a Aristóteles a origem da separação de *Ética* e *Economia*.

b) O desenvolvimento moral na relação de trabalho é o principal fator de produtividade e eficiência embora ele exija organização mais complexa. Na concepção clássica, a moral é por excelência a que trata dos fins visando à perfeição do agente, que é a mais plena quando se trata de um trabalho com identidade profissional ou *vocação*. O desenvolvimento moral implica, portanto, em estímulo inigualável devido à indissociabilidade entre finalidade do trabalho e realização pessoal.

c) A tríade aristotélica *physis — ethos — nomos* institui, ao mesmo tempo, duas ordens hierárquicas de rigor científico, de acordo com: a) *necessidade*; b) *intencionalidade*.

Na tríade aristotélica, de acordo com o padrão necessitarista, o maior grau de certeza ocorre na investigação da *natureza*; em segundo lugar, na ética, porque intervém a liberdade e, em terceiro, nos fenômenos propriamente da criação cultural. Por outro lado, é o próprio Aristóteles que atribui à mesma tríade uma hierarquia de saber segundo a *intencionalidade*. Para ele e toda tradição socrático-platônica, até a *natureza* tem *finalidade*.

Aristóteles não consideraria nenhuma forma de saber, nem mesmo o técnico ou *poiético*, sob o ângulo da neutralidade científica que o paradigma cartesiano instituiu ao estabelecer relação estrita de causa-efeito para explicar cientificamente os fenômenos. A ciência aristotélica divide as formas de saber em *theoria, praxis e poiesis*, sem perder a perspectiva de unicidade dos saberes, segundo a mais plena realização da felicidade humana, o *bios theoretikos*.

A rigor, não existe no pensamento de Aristóteles a separação entre Economia e Ética, nem mesmo segundo a melhor justificativa moderna, proveniente da ontologia¹⁴ empiricista de Hume para a qual a Economia se ocupa da descrição dos fenômenos, e a Ética trata da finalidade ou *devir*. No pensamento socrático-platônico e aristotélico, não há nenhuma forma de saber, nem a mais técnica, desprovida de

e teria, a meu ver, campo epistemológico conexo à Antropologia Filosófica por tratar da atividade econômica relacionada à natureza singular do ser humano.

¹³ JAMES BERNARD MURPHY, em obra ainda inédita no Brasil, também resenhou no número anterior de Síntese, é outra fonte que propugna a virada praxeológica da economia.

¹⁴ Metafísica e Ontologia são tomados aqui como termos equivalentes.

finalidade. A metafísica ato-potência é uma resposta aristotélica à aporia entre ser e devir.

Por isso, uma investigação verdadeiramente aristotélica não pode dissociar Ética e Metafísica de nenhum campo específico de conhecimento, muito menos da Economia¹⁵. Postular, portanto, como fez Aristóteles, analogia entre Economia e estes dois campos, em resposta ao problema da comensurabilidade, pode não traduzir a perspectiva da ciência moderna de buscar equações estritamente demonstrativas; amplia, no entanto, a lógica econômica para domínios culturais que o desenvolvimento político e moral irão estabelecer. Afinal, não são perspectivas muito mais abrangentes e humanizadoras que as *forças cegas* de mercado — a *mão invisível* de Adam Smith — que o neoliberalismo tornou redutivo como *ultima ratio*?

A lição atualizada de Aristóteles é que a Economia não é ciência demonstrativa e suas categorias não podem ser abstratas a ponto de correrem ao largo da crescente desagregação da humanidade, com exploração de povos e nações, injustiça social, guerra, conflito racial em nome de uma globalização e competitividade estritamente econômica, como se isso não fosse *valor* que implica necessariamente em hegemonia de poder e riqueza!

IV — A divisão do trabalho

Adam Smith atribui tamanha importância à *divisão do trabalho* que o primeiro capítulo de *Riqueza das Nações* é dedicado a essa categoria. No entanto, dá-lhe fundamento inteiramente novo em relação à origem platônica.

Smith a toma numa perspectiva exclusiva de técnica produtiva. A divisão *vocacional* do trabalho de Platão é substituída pela divisão *técnica*. A primeira centra-se na humanidade do homem; a segunda, no potencial da máquina¹⁶.

A divisão técnica do trabalho de Adam Smith é uma concepção de produtividade¹⁷, baseada na estrita relação entre o trabalhador e

¹⁵ A Economia é considerada capítulo da Ética e da Política por Aristóteles.

¹⁶ Para os clássicos, produtividade e realização pessoal formam equação moral de equilíbrio político da cidade. Na Economia Política Clássica, a produtividade é exclusiva da máquina que ganha autonomia em relação à pessoa. Tal concepção só foi possível porque a Modernidade consagrou novo princípio de ciência que separou Metafísica de Ética.

¹⁷ MURPHY chama atenção para as diversas concepções de produtividade mesmo num dado momento histórico. *Op. cit.*, 17.

máquina. Ela foi exacerbada no *fordismo-taylorismo*, orientando a organização do trabalho industrial desde o final do século passado até aproximadamente meados deste século, inclusive nos países do socialismo real, e ganhou plena caracterização em *Tempos Modernos*, de Chaplin. A técnica uniformiza a rotina, forma ainda mais acentuada de trabalho alienado do que aquela caracterizada por Marx num período do capitalismo em que o embrutecimento e a compartimentação industriais já isolavam o trabalhador na cadeia de produção, tornando-o alheio ao fruto do seu trabalho. No taylorismo, aumenta a dissociação entre o trabalhador e o ser humano; busca-se o maior adestramento ao equipamento ou instrumento de trabalho: quanto menos inteligente e espiritualizada for a função, maior a produtividade.

A realização através do trabalho ainda permanece quimera. Mesmo sem a privação da liberdade individual da escravidão, o trabalho continua sendo força estranha à subjetividade do trabalhador. Mantém-se em caráter compulsório de obrigação ou dever social tanto nas formas brutais de escravismo como na economia capitalista globalizada dos nossos dias. A realização pessoal, que seria atingida através dele, não é, todavia — como alardeiam os arautos do liberalismo —, deslocada para o *tempo livre* que, por sua vez, é inacessível à grande maioria da humanidade porque o ônus do trabalho e as precárias condições de sobrevivência lhe retiram a oportunidade. Como fator de auto-realização, o *tempo livre* torna-se, a rigor, um paradoxo numa sociedade em que a pessoa somente é reconhecida pela função produtiva que desempenha.

A sociedade humana tem sido até o presente *desmotivada* para o trabalho. O que explica, em parte, o afã em substituí-lo pela máquina, tendo em vista o conflito nas relações de trabalho ao longo da história. Murphy chama atenção, no entanto, para a correspondência entre produtividade e divisão do trabalho segundo a *motivação*. Ele visa a caracterizar uma *divisão moral ou política do trabalho*, e não a técnica, como tem prevalecido. A produtividade seria vista sob a ótica da potencialidade humana e não da máquina. Trata-se da recuperação ontológica do seu sentido visto que é pela virtualidade humana que se inventam as máquinas¹⁸.

A motivação no trabalho está diretamente relacionada à identidade da pessoa com a função que desempenha, traduzida em finalidade ou satisfação. Segundo Murphy, permitir ao trabalhador integrar os destinos do seu trabalho, participando diretamente do objetivo da produção e, em última análise, da *economia*, é despertar potencial que os sistemas econômicos até então abafaram: o desenvolvimento econômico conexo ao desenvolvimento moral, ou a *economia moral do trabalho*. Isto levaria a índices jamais atingidos de produtividade uma vez que o trabalho

¹⁸ Murphy menciona pesquisas da psicobiologia que mostram ser a motivação o maior fator de produtividade.

estaria associado à auto-realização pessoal e social. E o esforço produtivo seria direcionado para melhor aproveitamento dos recursos não renováveis e maior qualidade dos produtos, fim de inúmeras fábricas e atividades que comprometem a saúde física e mental, além naturalmente do fim da indústria bélica porque, moralmente, não haveria trabalhador identificado com o destino do produto voltado para destruir o ser humano. A divisão política e moral do trabalho associaria os critérios de eficiência produtiva, realização profissional e desenvolvimento da humanidade.

Tais conclusões ainda são projetivas¹⁹, visto que, na caracterização de Murphy, nenhum sistema produtivo até hoje associou *pari passu* o desenvolvimento técnico e o moral. No entanto, isoladamente, é notório o prodígio da vocação profissional sobretudo nas artes ou o empenho de contendores numa *guerra santa* ou *cruzada ideológica*. Nestes casos, em que o desempenho ultrapassa os limites, a produtividade é impensável sem a motivação.

Considerar a motivação como principal fator de produtividade é pensar a Economia sob a ótica da ontologia do agir econômico cuja essência é a integralidade do ser humano como ser de finalidade. A correspondência ética entre produtividade e divisão do trabalho é o retorno ao sentido platônico-aristotélico da indissociabilidade de Economia e Ética.

Tal postulação retira a Economia do campo da ciência abstrata, no qual prevalecem os indicadores quantitativistas e a irracionalidade apriorística do mercado, inserindo-a no domínio da *praxis* onde a finalidade de realização humana determina as soluções. Ao mercado, a mais irracional das instâncias econômicas, caberia o papel auxiliar de aferição e controle, jamais o de determinar as políticas econômicas²⁰.

V — Retorno ao agir econômico: reencontro de ética e economia

As primeiras investigações sistemáticas da Economia no mundo grego clássico se deram no domínio praxeológico da Ética e da Política. Portanto, o saber econômico se identifica com a ontologia do agir humano.

¹⁹ Utópicas, para usar expressão consagrada no sentido que lhe atribui Mannheim, isto é, meta ou horizonte possível. Ver *Dicionário de Ciências Sociais*, Fundação Getúlio Vargas, ²1987, 1258.

²⁰ “O caráter epistêmico do mercado como único operador capaz de estabelecer o equilíbrio entre os agentes econômicos não se sustenta logicamente. Para Manfredo, citando Hinkelammert, o mercado não pode ser a instância capaz de coordenar a

Os assuntos econômicos em Platão postulam o primado ético sobretudo na *República*, *Político* e *Leis* onde a *divisão do trabalho* é tomada na acepção da melhor organização da *polis* segundo profissões que respeitem a natureza vocacional dos indivíduos.

No alicerce conceptual da Ética, Aristóteles constrói as primeiras categorias econômicas: o domínio da *praxis* orienta o *fazer* da atividade econômica caracterizado segundo a *poiesis*.

A coerência metafísica e ética dos escritos econômicos de Aristóteles institui a indissociabilidade de *substância* e *finalidade* entre as diversas categorias da Economia. Assim, da descoberta da *teoria do valor*, cujo fundamento ontológico é a *comensurabilidade*, provêm as demais categorias, tais como *dinheiro* e *riqueza*.

No entanto, a *substância* da Economia, conferida na comensurabilidade, não se efetivaria se a ciência aristotélica fosse *neutra* ou *instrumental* visto que não se pode, a rigor, medir bens de qualidade distinta. Como a sua ciência pressupõe *finalidade*, é possível medir *praxeologicamente* os bens porque se trata de ação humana que visa a manter a convivência deste *animal político* cujo objetivo é a felicidade. A postulação política e ética atualiza permanentemente o problema *técnico* da comensurabilidade.

A investigação sobre *natureza* e *finalidade* do dinheiro permitiu que Aristóteles identificasse suas três características essenciais – meio de troca, equivalente geral e reserva de valor —, base da teoria monetária que permaneceu única até o final do século XIX.

Recuperar, pois, a vinculação da Economia com a Ética não é apenas compromisso para impedir os desequilíbrios da humanidade, mas sobretudo é recuperar o vigor interpretativo que a racionalidade praxeológica soube construir.

Neste sentido, a lição clássica tem demonstrado que o saber econômico sai fortalecido ao vincular suas categorias à finalidade de auto-realização humana, ampliando as fronteiras do saber para a fundamentação ao mesmo tempo ontológica e teleológica. Isso se deve à estreita vinculação entre Metafísica, Ética e Economia.

Entretanto, a Economia Política Clássica, a Neoclássica e o Neoliberalismo dissociaram as categorias aristotélicas de sua fundamentação ética e ontológica. Marx também incorreu nesta falha, embora sua crítica ao capitalismo tenha fundamento ético.

multiplicidade de ações dos agentes econômicos pela simples razão que seu conhecimento é *ex-post*." ARNALDO F. DRUMMOND, Ética e economia, *Síntese* n. 72 (1996): 116. (Resenha ao livro *Ética e Economia*, de MANFREDO ARAÚJO DE OLIVEIRA).

Não estranha que o fundamento ético dos escritos econômicos de Aristóteles fosse desprezado visto que toda a ciência de raiz cartesiana fixou seu critério de objetividade na razão instrumental, estabelecendo novo paradigma de racionalidade *não-teleológica*. Isto também atinge Marx; sua crítica à Economia Política teria ido mais longe se sua interpretação de Aristóteles não estivesse comprometida com este novo padrão de racionalidade. Todavia, o que constitui paradoxo é, de um lado, desprezar o vigor ontológico de Aristóteles em nome de uma suposta racionalidade objetiva, e, de outro, instituir como ciência um saber econômico que se refugia na *ultima ratio* do mercado, como faz todo o pensamento liberal, do liberalismo clássico ao neoliberalismo atual. O mercado é, pois, a instância econômica menos indicada para fundamentar racionalidade por basear-se sobretudo no conhecimento *ex-post*.

A dupla filiação do saber, praxeológico e poiético, tem levado a interpretações equivocadas do pensamento de Aristóteles como se nele houvesse modelo dicotômico aplicado à Economia. Entretanto, a unidade dialética *praxis-poesis* é suprassumida na *finalidade do bem* que há tanto na *praxis* como na *poiesis* e faz prevalecer na Economia a diretriz ético-finalista de construir o *ideal* possível de humanidade.

Na obra de Aristóteles, a Economia como *fazer (poiesis)* tem categorias próprias de investigação, mas não desprovidas de conteúdo ético. O sentido platônico-aristotélico de *finalidade* na *natureza* retira qualquer fundamento de neutralidade científica da *poiesis*. Ao torná-la autônoma, a interpretação posterior comete o *anacronismo* de instituir no passado uma racionalidade que não é ético-finalista, mas instrumental. A partir daí, tem sido isolado em Aristóteles o caráter *poiético* da Economia para se chegar à presunção de *neutralidade* do mercado em que a ausência de intencionalidade faria prevalecer maior objetividade científica.

Na Economia, a tríade aristotélica segundo a ordem da intencionalidade corresponderia à *produção-distribuição-troca*²¹. A produção, onde mais prevalece a intenção, é homóloga a *nomos* – racionalidade, cultura. No outro extremo, o mercado representa a *physis*, menos intenção ou desregulação *a priori*: a *mão invisível* de Smith²², sem intencionalidade,

²¹A hierarquia de valor *produção-distribuição-troca* é caracterizada por MARX, *op. cit.*, em dois sentidos: o primeiro, estritamente econômico, significando que a fonte da mais-valia (lucro) é a produção; o outro, gnosiológico, para demonstrar que o sistema capitalista só é desvelado interpretando, pela ordem, a produção, depois a distribuição e, por último, a troca. Nesta visão, o mercado é a última instância e, portanto, a menos indicada para se avaliar a economia.

²² Foi Marx quem mais se aproximou da ontologia do agir econômico ao definir a tríade hierárquica produção-distribuição-troca (consumo). No entanto, como crítico do idealismo, não podia admitir um princípio de intencionalidade e criou a ontologia do *modo de produção* determinado pela mais-valia, outra denominação para o princípio de intencionalidade da produção capitalista.

irracional *a priori*. O mercado, portanto, é a fonte menos autorizada para fundamentar uma ciência e, paradoxalmente, a mais usada como modelo teórico pela quase totalidade do pensamento econômico.

A economia instrumentalizada em técnicas de mercado é tímida resposta ao que seria a ontologia do agir econômico em relação aos desafios da humanidade. A praxis potencializaria a força criadora da técnica, mobilizando a liberdade moral e social como fundamento do *fazer* humano. Sendo a liberdade auto-determinação por excelência, o agir passa a ser visto como aquilo auto-determinador, capacidade de sempre começar algo de si. Este caráter específico diferencia a ação de qualquer campo poético e a torna, segundo Hegel, própria do espírito, faculdade humana capaz de perceber o real como todo e onde a liberdade está no domínio conexo da responsabilidade.

A conclusão de Meikle é que Aristóteles falha porque descobre a comensurabilidade como fonte de valor mas não consegue caracterizá-la. Aí reside a seguinte questão jamais respondida satisfatoriamente pelo pensamento econômico (de acordo com o próprio Meikle): como medir a qualidade dos bens na economia por um critério objetivo de comensurabilidade?

Não seria anacronismo querer ver respondida em Aristóteles uma questão que dois mil e quatrocentos anos de história posteriores ainda não responderam? Ou, por ironia: se Aristóteles a tivesse respondido, não seria anacrônica a preocupação da humanidade em responder a desafio que o passado já resolvera?

A Economia, como ontologia do agir, retoma o pensamento e os anátemas aristotélicos para responder ao que a ciência econômica deixa de fazer como disciplina técnica e modelos abstratos.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Obras completas*. Madri: Aguilar, s/d.

DRUMMOND, Arnaldo. *Ética e Economia; abordagem da ontologia do agir econômico*. UFMG/FAFICH, 1997, 116 p. (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia; digit.)

MARX, Karl. *El capital*. México: Fondo de Cultura Económica, 1966. 3 v.

MEIKLE, Scott. *Aristotle's Economic Thought*. London: Oxford Clarendon Press, 1995.

MURPHY, James Bernard. *The Moral Economy of Labor. Aristotelian Themes in Economic Theory*. Yale University Press, 1993.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995. Resenhado por DRUMMOND, Arnaldo Fortes. *Síntese* 23, n. 72 (1996):113-118.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

SANDRONI, Paulo. Novo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, ³1995.

SILVA, Benedicto (coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ²1987.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ³1993.

SMITH, Adam. *Theory of Moral Sentiments*. London: D. D. Raphael / A. L. Macfie/Oxford, 1976.

Endereço do Autor:
Rua Antonio de Albuquerque, 51
35400-000 Ouro Preto — MG